

Por Antonio Penteado Mendonça



O Brasil atravessa uma das mais severas crises hídricas de sua história. A situação dos reservatórios inspira preocupação e o Governo Federal está tomando providências para a entrada em funcionamento de usinas termelétricas e a gás para garantir o fornecimento de energia, completando o parque hidroelétrico que não dará conta do recado.

Não é só o sistema de geração de energia que está sob ameaça. Os sistemas de abastecimento de água também estão chegando a níveis críticos, mais baixos do que os registrados nessa época do ano passado. Não se espera o racionamento de água e de energia, como já aconteceu no passado, mas ainda é cedo para se ter certeza. Então, toda economia é muito bem-vinda.

A situação vem se agravando desde o ano passado, quando a crise hídrica, de acordo com números recentemente publicados, gerou prejuízos de mais de trinta bilhões de reais para o país. Para quem não pensou no tema, a crise hídrica é decorrência das mudanças climáticas. Não passa de uma longa estiagem atípica, mas que tem se tornado mais frequente nos últimos anos.

É comparar a capacidade de recuperação dos reservatórios de São Paulo. Nos últimos anos, a cada fim de verão, que é a temporada das chuvas, os reservatórios estão menos cheios, quer dizer, tem chovido menos nas regiões onde a água para abastecê-los é captada.

Se, de um lado, as regiões sudeste e nordeste sofrem com a seca, de outro, a região norte padece, submersa pela maior cheia das últimas décadas. Dois efeitos das mudanças climáticas, com os ciclos do El Niño e da El Niña interferindo mais agudamente no clima nacional.

Mas se a crise hídrica como um todo é evidente e seus prejuízos podem ser facilmente quantificados no aumento da conta de energia elétrica, há um universo de eventos quase invisíveis que afeta milhares de pessoas atingidas pela seca.

Vários agricultores garantem que a “safrinha”, ou a safra de inverno, está comprometida por conta da estiagem. E tem quem vá além e diga que a safra do ano que vem também pode ser afetada pela seca recorrente, se a chuva não cair intensamente a partir de setembro.

Se o prejuízo de 2020 foi de 30 bilhões de reais, é de se imaginar que este ano não fique atrás, até porque a falta de chuvas vem na continuação de um ano em que elas não foram pródigas. Ou seja, para quem não acredita no fenômeno, o país está claramente tendo perdas de vulto em função das mudanças climáticas, no caso, a seca que atinge parte do território nacional, além da cheia que castiga a região amazônica.

De acordo com os números publicados, o setor mais atingido foi a agricultura, mas a indústria não passou isenta, com perdas de quase um bilhão de reais. De forma abrangente, toda a sociedade foi

de alguma forma afetada e os custos acima não mostram o total das perdas, já que muitos dos prejuízos ficam escondidos, restritos aos locais onde se dão.

Parte dessas perdas não poderia ser coberta pelas apólices de seguros, mas parte importante poderia. Existem seguros para fazer frente a esses riscos, inclusive o da eventual perda de renda, ou lucros cessantes, das operadoras das usinas hidroelétricas, que terão seu faturamento afetado pelo racionamento de água em seus reservatórios.

Mas as garantias oferecidas pelas seguradoras vão além e protegem, por exemplo, as lavouras atingidas pela estiagem e que por isso tenham quebra da produção. Também indenizam eventuais danos decorrentes de incêndios causados ou ampliados pela seca que atinge determinada região.

A tendência é este quadro - além de outros eventos de origem climática - se agravar ao longo dos próximos anos. Não é exclusividade do Brasil. O mundo inteiro passa por fenômeno semelhante. Basta olhar as queimadas que devastam a Califórnia, a Austrália e grandes áreas da Europa.

Que algo precisa ser feito está claro. O quando também é evidente: o mais rápido possível! A questão é o quê e como. Não dá mais para os países fecharem os olhos, como se não fosse com eles. E também as seguradoras precisam oferecer novos produtos, desenhados para o novo cenário.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 28.06.2021.